
J. GNILKA, *Jesús de Nazaret. Mensaje e historia*. Tradução (do alemão) Constantino Ruiz-Garrido. Barcelona: Herder, 1993, 399 pp., 23,5 x 15 cm. ISBN 84-254-1807-0

Este livro se inscreve na linha do crescente interesse por Jesus de Nazaré, característico dos últimos decênios, não só entre os especialistas da exegese mas em âmbitos os mais diferentes, mesmo fora das fronteiras da fé cristã. Não deixa de ser surpreendente que Editoras de renome, que não operam no campo das publicações religiosas ou teológicas, tenham nos brindado recentemente com uma série de traduções que têm por objeto Jesus, os escritos de Qumran ou outros temas teológicos, com abordagem técnica e científica alguns, outros apoderando-se da questão de maneira romanceada. O que significa não só que existe um mercado capaz de absorver tais publicações, mas também que o interesse por Jesus continua vivo em amplos setores da sociedade, mesmo que nem sempre coincida com a proclamação que dele faz a Igreja.

O autor da presente obra é um conhecido professor de exegese do NT e de hermenêutica bíblica na Faculdade de Teologia da Universidade de München. (Dado que explica, mas não justifica, que pelo menos 95% da bibliografia seja de autores alemães). Este livro, portanto, se insere na esteira de outros estudos de exegetas, tanto protestantes como católicos, que, em reação ao ceticismo de Bultmann, começaram a mos-

trar na prática que um conhecimento fundado de Jesus de Nazaré era não só possível como também necessário para a fé. Apesar de tudo é normal que, desde os anos 50 até hoje, tenham ido modificando-se as perspectivas e os resultados de tal pesquisa. As metamorfoses da pesquisa histórica sobre Jesus desde o século XIX até a proposta de um Jesus "pós-histórico" (cfr. W. HAMILTON, *A Quest for the Post-Historical Jesus*, London: SCM Press Ltd., 1993), passando por Bultmann e os pós-bultmannianos, o uso da história de Jesus na teologia latino-americana e as "projeções" atuais sobre Jesus dos conhecimentos cada vez mais vastos do contexto da Palestina naquela época, são significativas dos deslocamentos pelos que passou até hoje essa questão.

O livro de Gnilka é sintomático dessa evolução. Longe das velhas tentativas de fazer "biografias" de Jesus, o A. define claramente no subtítulo quais são os limites do seu trabalho: a mensagem de Jesus, a sua atividade e, na medida que deles emergem, alguns traços seguros historicamente da sua "figura", sobretudo no que diz respeito aos últimos dias da sua vida. Algo muito sóbrio, portanto, de acordo, aliás, com o objetivo dos evangelhos que não é satisfazer a nossa curiosidade

mas introduzir-nos ao seu mistério. O próprio A. nos diz que a sua obra é apenas uma "introdução" àquela que para os cristãos é, por excelência, a personalidade decisiva (p. 10).

Mensagem e história. Por isso, depois de uma rápida apresentação da questão histórica sobre Jesus (cap. I), o A. apresenta em dois capítulos sucessivos a situação política de Israel em tempos de Jesus (cap. II), assim como a situação espiritual, religiosa e social (cap. III). Dois capítulos significativos da evolução destas últimas décadas. Jesus é inserido no seu contexto, com todos os condicionamentos que ele traz, o que permite ao mesmo tempo recuperar a sua plena condição de judeu.

Umas breves páginas situam Jesus com relação a João Batista (cap. IV) para introduzir-nos à sua atividade pública. "Sobre o longo tempo que Jesus passou em Nazaré não sabemos nada de concreto. Os evangelhos guardam completo silêncio" (p. 97). A opção do A. é decididamente *histórica*. E como tal, a história nada pode dizer sobre a "infância de Jesus" ou sobre a sua ressurreição. As duas últimas páginas levam o título significativo de "epílogo pascal" (cap. XII). O que não significa renunciar ou ocultar a sua condição de crente mas delimitar metodologicamente o alcance do seu estudo. "A história da ressurreição do Crucificado dentre os mortos não pertence já à história terrestre de Jesus de Nazaré. Apesar de tudo, essa história é a sua meta. Para ela converge tudo. E só a partir dela são plenamente compreensíveis a pessoa e a atividade de Jesus" (p. 389).

Os sete capítulos restantes constituem o núcleo central do livro. E eles apresentam os traços do que seria, segundo o A., a imagem possí-

vel do Jesus histórico: centralidade do Reino de Deus na pregação de Jesus em atos e em palavras [(cap. V) aspecto completado por um desenvolvimento ulterior da mensagem e da doutrina de Jesus (cap. VIII)], um estilo de vida muito peculiar, no qual um dos traços consiste em reunir em torno de si discípulos que o seguem (cap. VI), a tensão e o conflito com os diversos grupos religiosos, e, como conseqüência, o processo e a morte violenta. É desse conjunto que surgem os elementos que permitem colocar a questão decisiva da identidade de Jesus, não nos termos psicológicos da "consciência sobre si mesmo" ou da "consciência messiânica" — que dominaram a exegese e a teologia nas últimas décadas — mas em termos do que fundamenta e justifica a "autoridade da missão" de Jesus (cap. IX). Uma reflexão sobre a relação entre Israel, povo de Deus e Igreja (cap. VII) completa o capítulo sobre o seguimento. O conflito, os últimos dias, o processo e a execução ocupam os dois últimos capítulos (caps. X e XI).

O tema de cada capítulo é desenvolvido segundo o mesmo esquema. O material evangélico é tratado segundo o método da história das formas e da tradição. As opções metodológicas que comandam o estudo são apresentadas claramente desde o início (pp. 29-43). Gnlika, contudo, é muito mais flexível na sua aplicação do que, por exemplo, Bultmann e os pioneiros da história das formas. Depois de apresentados e analisados os dados da questão cada capítulo temático se encerra com o que o A. chama de "perspectiva", ou seja o modo como esse tema foi desenvolvido pela comunidade pós-pascal. Isso lhe permite mostrar os desenvolvimentos do tema, isto

é a continuidade dos mesmos na "descontinuidade" pós-pascal.

Essa é precisamente a tese fundamental do A.: não há possibilidade de uma história objetiva da teologia sem a continuidade entre o Jesus terrestre e o Senhor Ressuscitado reconhecido pela comunidade como o mesmo Senhor. Podemos falar de continuidade na descontinuidade, mas não há "ruptura" alguma que não encontre justificação e pontos de apoio na vida de Jesus de Nazaré.

Nem todos ficarão satisfeitos com as posições tomadas pelo A. Alguns por achá-las demasiado tímidas, outros por considerá-las inaceitáveis. A título de exemplo, algumas amostras pinçadas a esmo: a significação dos evangelhos da infância, a relação de

Jesus com o Batista, o paralelismo ético-doutrinal entre Jesus e os Essênios, as reticências com relação ao tratamento habitual da consciência de Jesus etc. Não se pode negar, contudo, que as posições do A. são moderadas e bem fundamentadas.

Tudo isso mostra que, apesar das convergências cada vez maiores e de um consenso básico sobre a imagem de Jesus a partir dos evangelhos, a questão histórica nunca poderá ser totalmente dirimida cientificamente. Por isso, as conclusões da exegese não podem ser "dogmatizadas", mas a investigação *histórica* sobre a vida de Jesus continuará sendo uma base indispensável para a *reflexão teológica*

Carlos Palácio

P. HÜNERMANN, *Jesus Christus. Gottes Wort in der Zeit. Eine systematische Christologie*, Münster: Aschendorff, 1994, 419 pp., 23,5 x 15 cm. ISBN 3-402-03268-6

Esta cristologia, como o A. reconhece no posfácio, nasce da tradição européia de busca da racionalidade da fé em discussão com a filosofia. Seu ponto de referência é a situação dos países altamente industrializados, onde a constituição existencial humana se caracteriza pela substituição do pensamento ontoteológico e metafísico pelo niilismo, pela técnica e pela ciência.

Para nós, acostumados a cristologias latino-americanas, poderá, num primeiro momento, causar estranheza e parecer árida. A leitura convencerá, no entanto, que se trata de uma obra de grande valor, também para nós, propondo uma fundamentação sólida para o giro cristológico, no qual se insere a

cristologia latino-americana. Através de seu cuidadoso e profundo "esforço pelo conceito", abre espaço a um pluralismo de cristologias. Como o A. escreve no posfácio: "A discussão da teologia com as mais recentes reflexões das filosofias da linguagem e histórico-transcendental, prepara um rico instrumental conceptual que possibilita ir ao encontro dessa rica pluralidade indedutível com a necessária compreensão" (403).

O título "Jesus Cristo, Palavra de Deus no tempo" é sugestivo do percurso e do conteúdo da cristologia de H. O livro está dividido em seis grandes partes. A introdução apresenta perguntas atuais lançadas à cristologia e a resposta que o A. pretende dar (1-51). Segue-se uma parte

dedicada ao Antigo Testamento como caminho para o evento Cristo (52-65). O dado do Novo Testamento é tratado a seguir (66-127). Depois vem o testemunho dos Concílios (128-192) e o caminho da cristologia através da história (193-341). De todo esse percurso histórico resulta a reflexão sistemática que procura mediar a cristologia histórica atual com a cristologia ontoteológica até há pouco desenvolvida, mostrando que aquela nada deve em profundidade especulativa a esta.

Esse percurso que, visto superficialmente, poderia sugerir que o livro é uma mera história da cristologia, é trabalhado como — se assim nos quisermos expressar — uma “história especulativa” da automanifestação de Cristo, através de suas expressões historicamente condicionadas nas sínteses cristológicas que os pensadores cristãos produziram ao decorrer dos séculos. Dessa forma o título “Palavra de Deus *no tempo*” adquire um primeiro sentido.

Entretanto o título significa bem mais: a cristologia não visa a pensar uma realidade atemporal, mas sim o **evento Cristo**. Pensa, pois, um acontecimento histórico que reivindica para si ser medida abrangente para toda a realidade: “Este evento se apresenta como aquela realidade da qual o ser humano, o mundo e a história recebem sua ordem, conexão interna, sentido, salvação” (21). Para fazer jus a esse evento, as próprias categorias centrais da cristologia precisam ser pensadas historicamente.

Quem passa os olhos pelo índice e se detém no título da sexta parte, “Jesus Cristo — nosso Amigo e Senhor”, pode ficar decepcionado. Aqui é sistematizado o resultado do percorrido anterior. Tanto esforço

especulativo para chegar a uma categoria aparentemente tão chã! Mas é apenas aparência. H. consegue mostrar que, sob a categoria bíblica e quotidiana de “amigo”, à primeira vista tão corriqueira, se esconde “o ponto de partida para apreender conceptualmente a figura [*Gestalt*] de vida redimida que resulta do encontro com Jesus Cristo” (369).

A categoria de amizade é preparada por uma reflexão fundante sobre o caráter de evento de toda realidade. Diante da pergunta fundamental pelo sentido, o ser humano tem que tomar uma decisão, seja expressa ou implícita, reflexa ou prática. Cada experiência de sentido é um aceno a que se atreva a tomar essa decisão e, assim, transcender todo provisório, apostando no sentido da existência em face do Nada. Isso só é possível, se a pessoa confiadamente ousa afirmar aquele Nada in-finito, anterior a todo pensamento, que campeia sobre todo ser como o Mistério que se nos escapa. A decisão se dá numa fé que liberta e possibilita a existência: a fé no Mistério Santo (*das Heilige*). Nessa fé e esperança o Mistério Santo originário toca o ser humano. Nesse sentido, a realidade não está aí simplesmente; ela acontece, é evento.

O caráter de evento da realidade aflora para nós primariamente através de *encontros* humanos. Não “encontro” no sentido superficial de “passar pelo outro”, mas de um verdadeiro encontro em que algo acontece, se transforma e os que se encontram, pelo fato de se encontrarem, tornam-se outros (cf. 366, n. 54). Nesse sentido, encontro é criador de salvação, nele acontece verdade e liberdade. Ora, o que os Evangelhos narram de Jesus Cristo são, em última análise, encontros com outras pessoas.

Essas reflexões permitem perguntar pela forma própria de convivência (*Miteinandersein*) que resulta do encontro com Jesus Cristo como Filho de Deus. A resposta é: a amizade (cf. Jo 15,15). Essa categoria passa então a ser analisada filosoficamente. A amizade é essencial à vida humana. Consiste fundamentalmente no querer bem entre amigos (*Wohlfühlen*) que atinge seu ponto culminante, quando se ama o outro por sua bondade, pelo que o outro é, sem buscar outra vantagem que o bem e a bondade do outro.

A partir daí, H. tenta mediar esse conceito trabalhado por Aristóteles com as posições da filosofia moderna que põe o processo de individuação na mediação através do outro. Acrescenta ainda que, na amizade, a ordem jurídica política adquire sua plenitude: "O reconhecimento do outro como sujeito de direitos é puramente um reconhecimento distante. Ainda não percebe o outro em si mesmo, com tudo que o plenifica. Isso só se revela ao olhar do bemquerer, à amizade que participa [da vida do outro]" (373).

Num segundo passo, H. se detém no dado bíblico. O encontro de Jesus Cristo com os outros traz consigo uma exigência de amor incondicional e um chamado ao seguimento. A essa exigência e vocação corresponde, da parte de Jesus Cristo, a entrega total na morte e glorificação, entrega em solidariedade com os pecadores. Resulta assim uma forma de amizade que é o começo mesmo da existência escatológica e redimida já na história. "Na amizade de Jesus Cristo está o penhor de que a salvação caracterizará nossa auto-realização e nossa existência humana para além da morte. Ao mesmo tempo, com a amizade de Jesus Cristo, está dada a esperança da salvação de to-

dos aqueles com quem estamos ligados na convivência, bem como a esperança para o mundo em que convivemos" (378).

Com isso, a amizade de Jesus Cristo adquire dimensões eclesiais: ela é a estrutura fundamental da Igreja como realidade escatológica e, por sua vez, é na Igreja que se faz possível a amizade de Jesus Cristo. "Igreja como amizade com Jesus Cristo é o primário, o espaço aberto, junto ao qual e no qual os seres humanos individuais se tornam amigos de Jesus Cristo. São admitidos nessa convivência que, como evento, do Senhor recebe sua forma na Igreja" (380). Significa que "é o Senhor glorificado no seu Espírito que atua na ação e pela ação da Igreja" (381-382).

Para finalizar, H., em páginas de grande densidade especulativa, trata de mediar entre a cristologia tradicional com seus conceitos de natureza e pessoa e a cristologia histórica, tal como foi desenvolvida por ele.

Primeiramente, inspirando-se em Heidegger, H. traduz o termo metafísico "natureza" como "Da-Sein": "O ser humano é o *aí* [Da] do *ser* [Sein]" (387). Significa que "o ser humano pertence essencialmente ao evento de uma abertura, de uma translucidez [*Gelichtetsein*], na qual aflora o que existe. É isso que caracteriza o ser humano face a tudo quanto, de resto, existe no mundo" (387-388). Significa ainda que o ser humano constitutivamente é alguém que está no mundo, com outros seres humanos e experimenta tudo que existe como evento do ser — e mais profundamente — como evento do Mistério Santo. O ser humano é tudo e, ao mesmo tempo, um ente particular no mundo. À "natureza"

do ser humano pertence, pois, “que ele se determine uma posição no mundo, uma relação com tudo quanto existe e assim sua identidade” (388). “Natureza” é “execução, realização, pôr em ato” (três expressões que tentam traduzir “*Vollbringen*”). Não se define, pois, abstratamente como um “o que” ou um resíduo coisificado (*Was-Bestand*) que, em Cristo como em um único sujeito, se une a outro “o que” (a natureza divina). Se o ser humano é o “aí” (*Da*) do ser ou do Santo, é preciso encontrar uma linguagem mais concreta para falar da união hipostática, já que “ser-aí é essencialmente execução” (*Dasein ist wesentlich Vollbringen*) (388).

O contraponto dessa abertura a todo (*Dasein*) é o “ser-si-mesmo” (*Selbstsein*) do ser humano. Para este “si-mesmo” é que aflora o mundo, o ser, o outro, o Mistério Santo (*das Heilige*). Ele não significa uma identidade abstrata consigo mesmo que se esgota num ponto do tempo ou do espaço. Enquanto “si-mesmo”, o ser humano se transforma, num processo de diversas etapas que constituem o caminho do ser humano para si mesmo.

Este determinar-se do ser humano se articula com a fé e a esperança que fundamentam a existência (cf. supra). Toda e qualquer busca e interpretação de identidade mediada por seres particulares intramundanos é experienciada como alienante. Não corresponde à natureza do ser humano como “Ser-aí” (*Dasein*) do mundo. Só a identidade que se encontra na dimensão do religioso, potencia o ser humano como chamado a ser “si-mesmo” para ser ele mesmo no mundo e para além do mundo. Assim é preciso distinguir conceptualmente: a) o si-mesmo relacional e com diversas feições que, através delas, se vai tornando pessoa; b) o eu indivi-

dual implícito em cada feição que o si-mesmo assume (ele é um momento do ser-si-mesmo que para sua identidade histórica precisa das diversas feições do ser-si-mesmo); c) o momento do ser-si-mesmo que se pode distinguir reflexivamente de cada uma de suas feições históricas (cf. 390-391). A história do ser humano pode assim ser captada “como o caminho da descoberta e aquisição da identidade” (392). Na fé, essa história da aquisição de identidade é potenciação (*Ermächtigung*; literalmente: autorização, o ato de dar autoridade, poder) e participação da parte de Deus.

Com isso, H. historiza os conceitos clássicos de “natureza” e “pessoa” e possibilita uma nova leitura da doutrina conciliar de Calcedônia, baseada no dado neotestamentário de que “Jesus Cristo participa de nossa humanidade e ao mesmo tempo é outro que nós” (391). Vale dizer: “Jesus Cristo é aquele ser humano que, vivendo da unidade com o Pai, em cada situação da vida atuou [*vollbringen* = pôs em execução seu “ser-aí”] a partir do Pai e assim encontra em sua morte a glorificação na identidade plenificada que é completa comunicação de Deus a ele e realização [*Vollzug* = execução, atualização] dessa comunicação do Pai no ser-aí e no ser-si-mesmo de Filho” (393).

Como ser-si-mesmo e ser-a-partir-dos-outros (ser-aí), o ser humano vive num movimento de ação de graças e de entrega que se desenvolve no tempo (na história). Em última análise, esse ser-si-mesmo por dom dos outros só acontece radicalmente, sem alienação, se o ser humano se deixa determinar fundamentalmente pelo Mistério Santo e não por qualquer ente intramundano. Na ação de graças se mostrará

como Deus é o conteúdo da caminhada que é sua vida. Essa caminhada é o processo de individuação ou de identidade (de tornar-se si-mesmo). Portanto, o ser humano adquire sua identidade desde fora, do Outro, enquanto se entende dentro dessa realidade exterior que não se reduz a ele, mas o caracteriza intimamente. Nesse sentido se pode dizer que Deus aparece na história desse ser humano.

O reverso desse movimento é a resposta ao dom (o "contradom", diria J.-L. Chauvet): a entrega e doação de si ao outro. O ser humano realiza sua identidade, seu ser-si-mesmo, entregando-se àquele de quem ele recebe seu ser-si-mesmo. A entrega é a outra face da ação de graças. Esta se traduz em entrega e ambos os movimentos perpassam as diversas situações da vida. Em Jesus Cristo esse duplo movimento está determinado por sua referência a Deus e pelo referir os outros a Deus. Assim, no encontro com Jesus Cristo se dá um convite à liberdade e à reconciliação, pois Jesus Cristo contagia aqueles a quem encontra com algo totalmente novo. O encontro se torna história de libertação e redenção.

Quando a ação de graças e a entrega se dão na morte como ato de definitividade, nela se abre um espaço de liberdade para a conversão e reconciliação e emerge o sentido definitivo da história, sentido que já se mostrou nos acontecimentos e encontros da vida de Jesus Cristo. "Morte e ressurreição de Jesus Cristo são assim para os fiéis, por excelência, o lugar do encontro que abarca todos os restantes encontros e eventos. São o lugar de uma amizade que permite viver como ser humano novo, agraciado com um novo ser-si-mesmo. Designamos ser filho de Deus esse

novo ser-si-mesmo. É ainda algo não-acabado" (397).

Abrindo-se sempre totalmente ao Pai, conforme as circunstâncias o exigem e permitem, Jesus Cristo se vai fazendo, vai encontrando sua identidade que, pela ressurreição, se mostrará definitivamente como a do Filho de Deus. Mas, se chega a essa identidade, é por estar hipostaticamente unido ao Verbo. Sua identidade é ser Deus. Mas essa identidade se faz no tempo, enquanto homem que é.

A obra não vale só pela originalidade e profundidade da tese que o recensor tentou resumir. Destaque-se também a riqueza de informação e reflexão na parte dedicada à doutrina dos Concílios antigos e dos Padres da Igreja (128-192). Seria também impossível tentar apresentar, na brevidade de uma resenha, a história da cristologia que H. desenvolve na parte mais extensa de seu livro (193-341). Aí faz desfilarem o pensamento cristológico através dos séculos. Cada autor é conectado com os outros, mostrando-se como se condicionam e vão avançando na mesma linha ontoteológica: Anselmo de Canterbury, Tomás de Aquino, Lutero, Francisco Suárez, Descartes, Leibniz, a crítica bíblica deísta, Malebranche, Kant, Hegel, até chegar à crise da ontoteologia, à cristologia histórica e ao Vaticano II, cuja contribuição decisiva foi ter incorporado a Igreja à cristologia.

O A. apresenta suas intuições fundamentais em forma de teses que antecipam o desenvolvimento de cada tema. Um índice temático e outro de autores completa o livro, tornando-o rica fonte de consulta.

Representando longos anos de pesquisa, reflexão e exercício de cá-

tedra nas Universidades de Münster, primeiro, e Tübingen, depois, H. nos brinda neste livro com sua obra de maturidade teológica. Prometida há anos, vem dar ao atual momento de estagnação teológica novo alento e vigor. É, sem dúvida, uma obra totalmente européia ou — com mais exatidão — centro-européia. Entretanto, porque H. compreende a teologia como tentativa de expressar a autocompreensão de fé de uma comunidade concreta, procurando compreender suas múltiplas mediações históricas e mostrar a conexão entre elas, sua obra se torna paradigmaticamente universal: “As pessoas de fé estão autorizadas a compreender e exercitar sua liberdade responsável e fiel como uma ação da graça do Senhor glorificado. A cristologia do Vaticano II que tematiza a pericorese da atuação de Jesus Cristo e da comunidade dos fiéis, constitui o prelúdio para essa nova forma de existência [*Dasein*] livre e fiel da Igreja. A isso pertence que se construam cristologias próprias nas diversas culturas que, a sua

maneira, são respostas ao encontro com o Senhor neste tempo. É um sinal consolador da presença do Senhor no tempo, quando se vê como na Ásia, África e América Latina as perspectivas próprias de considerar a vida, as experiências humanas e sociais básicas, os sofrimentos e alienações mais opressivas se tornam ponto de partida para novas descobertas do mistério de Cristo. Nesse trabalho do conceito tão essencial para a proclamação preparam-se, ao mesmo tempo, categorias fundamentais para as novas sociedades que se encontram em construção” (403).

Foi muita pretensão querer resumir um pensamento tão denso em poucas páginas. O recenseador espera ter com essa tentativa, ao menos despertado o leitor para a necessidade do “esforço do conceito” também entre nós.

Francisco Taborda

P. BERGER, *Una gloria lejana*. La búsqueda de la fe en época de credulidad. Tradução (do inglês) Juan Andrés Iglesias. Barcelona: Herder, 1994, 20 x 12,5 cm, 267 pp. ISBN 84-254-1836-4

O A., renomado sociólogo americano da religião com vários livros traduzidos em português, estuda sob o aspecto sociológico a problemática da fé. O próprio título do livro revela a mudança de perspectiva da abordagem do assunto. Já não se estuda a situação da fé numa sociedade atéia, secularizada, mas numa época de credulidade.

O livro reflete situação e perspectiva americanas. Às vezes, analisa diretamente o contexto sócio-religioso americano. Apesar disso, pode iluminar outras situações, sobretudo a nossa, que sofre enorme influência americana.

Em perspectiva latino-americana, a postura dominante do A. é antes

conservadora, reflexo da mentalidade americana dominante. Insere-se no contexto neoliberal. Dado o pressuposto do colapso do socialismo, da centralidade do mercado e do desaparecimento da esperança de transformações sociais profundas, atribui-se ao sistema cultural, e dentro dele à religião, uma força conservadora da sociedade. Em outros termos, dá-se a primazia ao papel social da religião no sentido de reforço da conversão individual em vez de uma religião profética com incidência sobre a transformação social (como faz a Igreja da libertação). Em termos americanos, é um protestante liberal crítico, sobretudo diante de uma "elite intelectual, moral e política" de tendências libertadoras nos diversos campos do seu próprio país. Nem por isso atribui algum status privilegiado aos pobres, ignorantes e membros das classes inferiores.

O prólogo é um comentário sociológico atualizado da passagem de 1 Cor 1,18-25, onde Paulo trata da tensão entre a loucura da cruz e a sabedoria do mundo. Já aparece aí sua postura crítica às "elites pensantes", de corte libertário, em oposição ao comum dos mortais.

Aí levanta também a questão fundamental no livro do desacordo — dissonância cognitiva — que surge entre as afirmações culturais circundantes, plurais e a fé cristã com a conseqüente busca de reduzi-lo. Esta situação produz "contaminação cognitiva" com quatro reações básicas possíveis: negociação cognitiva, rendição cognitiva, e entrincheiramento cognitivo defensivo ou ofensivo. Situação de antanho e de hoje. O A. classifica em termos modernos americanos os grupos a que Paulo alude: o próprio Paulo, Apolo, Cefas, os de Cristo.

Como sociólogo, trabalha com o método de tipificar os grupos sociais, as classes. Em geral o faz, descrevendo os tipos extremos, para em seguida propor uma via média. Em passant, ele entende o conceito de classe a partir da profissão/ocupação, do nível educativo, da renda.

Ao tratar da dissonância cognitiva na sociedade pluralista atual, apresenta as soluções extremas da rendição progressiva, da pantolerância relativista, de um lado, e, de outro, da negação fundamentalista, do fanatismo intransigente. Pergunta-se se não existe uma possibilidade intermédia mais alvissareira. Aponta-a como o diálogo cultural, diálogo inter-religioso. Este implica a aceitação deliberada do contexto social pluralista sem perder a própria identidade cultural e religiosa. Nem viver de falsas certezas em atitude intransigente, ortodoxa nem capitular diante da impossibilidade de acesso à verdade em atitude niilista e relativista. O livro é a explicitação da posição intermédia, que ele considera a do "protestantismo liberal".

Numa primeira parte, analisa a situação pluralista da sociedade moderna, debatendo-se com a teoria da secularização, detendo-se mais diretamente no contexto americano de conflito cultural e religioso e ampliando a sua visão para o desafio do pluralismo cultural no Ocidente. De novo, aqui aparece fortemente a impostação americana.

Na segunda parte, começa a partir da formulação do credo - eu creio ou nós cremos - uma reflexão sociológica em que trabalha com dois quadros fundamentais: sociedade tradicional monocultural, vivência comunitarista, falta de liberdade, religião em matriz mítica, de um

lado, e, de outro, sociedade moderna pluralista, solidão do indivíduo, liberdade e possibilidade de ato de fé responsável. Apresenta o segundo modelo como avanço e conquista da modernidade. O eu autêntico é solitário, livre e responsável diante de Deus. Enfatiza o individualismo moderno ocidental como enorme riqueza em oposição a todas as tentativas de negá-lo, inserindo o indivíduo em comunidades fechadas.

Parece-me problemático o conceito de liberdade do autor, que o leva a esta posição extremamente positiva em relação ao individualismo e ao paradigma moderno ocidental de desenvolvimento. Reflete a consciência americana de incontido triunfalismo do modelo histórico que criaram. Não valoriza suficientemente, a meu ver, o lado ilusório da liberdade do indivíduo na sociedade moderna, profundamente manipulada pela mídia. Pois trabalha no sentido de "liberdade de escolha" diante da pluralidade de ofertas, desde o mundo material até as opções éticas e religiosas.

A dimensão eclesial e comunitária de fé é desconhecida, concentrando-se no aspecto bem luterano-barthiano do confronto entre o eu e Deus. E quando dedica um capítulo no final sobre a Igreja, vê-a no sentido de estrutura de plausibilidade, algo extrínseco à fé. A necessidade eclesial da fé não advém unicamente dessa exigência sociológica, mas de sua intrínseca realidade teológica. E também não consegue entender positivamente as mudanças litúrgicas em que a comunidade assume maior relevância. Interpreta a celebração "versus populum" como um ato em que a comunidade se rende idolatricamente culto a si mesma e

não a Deus, em que o sagrado está dentro da comunidade e não fora.

O A. fez uma digressão dedicando umas 20 páginas a Robert Musil, ao analisar-lhe o romance: *O homem sem atributos*, onde estuda o eu moderno em suas diversas perspectivas.

Retomando o fio do livro, detém-se sobre o ato de crer. Conjuga uma atitude até irônica a respeito da inteligência moderna, valorizando, porém, a liberdade como o que a modernidade tem de mais positivo. Para a fé, a modernidade representa vantagem. Distingue a situação da "evidência" do sagrado, onde e quando propriamente não existe fé, da modernidade em que tal evidência evanesce, criando a possibilidade da fé. Aí abre-se o espaço em que a pessoa pode reagir em ato de fé em liberdade, mas, de modo plausível, diante de sinais da transcendência. Possíveis outras respostas quer pragmáticas quer estóicas.

No capítulo quinto sobre "em quem se crê", o A. reflete sobre a posição cristã em relação às outras tradições religiosas. Distingue as três conhecidas atitudes dos exclusivismo, inclusivismo e pluralismo, pronunciando-se pelo inclusivismo. Indica as razões pelas quais rejeita o exclusivismo e o pluralismo. Apon-ta três tarefas importantes para a teologia cristã nesse campo, a saber, desenvolver uma teologia cristã da plenitude divina, do esvaziamento religioso e das revelações. Em seguida, esboça um início de reflexão sobre estes três pontos com insights muito interessantes e sugestivos.

No capítulo sexto, o A. aborda a relação entre a experiência religiosa e a instituição. A partir da necessidade de estruturas de plausibilidade

para o existir social do ser humano, desenvolve as duas principais funções das instituições em relação à experiência religiosa. De um lado, elas tornam plausíveis as experiências religiosas, preservando-as, transmitindo-as e transformando-as de modo que as pessoas possam vivê-las e continuar vivendo-as ao longo da história, já distantes da comunidade inicial. De outro, as instituições domesticam a experiência religiosa, que tem um caráter perturbador da vida ordinária. Pertencer a uma igreja é uma necessidade sociológica para continuar vivendo uma experiência religiosa. Prosseguindo a análise institucional, mostra como na modernidade as macro-instituições políticas e econômicas são fortes, enquanto as da sociedade civil — família, normas sobre sexualidade e relações interpessoais, educação, cânones estéticos, religião, etc. — se debilitam. O pluralismo é um dos fatores de debilitação destas instituições. Assim, no mundo da religião, em vez de uma instituição forte, surgem muitas instituições secundárias frágeis, que vêm auxiliar as decisões pessoais. A religião passou de confissão para preferência, portanto, algo mais superficial, trivial, pelo qual as pessoas, em geral, já não estarão dispostas a dar a vida, a renunciar casa, família, etc. Nesse contexto de certa anomia, analisa com bastante objetividade empírica as soluções das igrejas da corrente principal protestante nos USA, as igrejas pentecostais (evangélicas) e a Igreja católica romana. Sobre cada uma aponta os elementos problemáticos e os elementos plausíveis. Evidentemente um católico não se reconhece facilmente nas suas análises críticas, mas, pelo menos, deve levar a sério essas observações feitas

desde alguém de outra denominação religiosa.

No último capítulo, estuda as repercussões do pluralismo moderno sobre o campo da ética, do agir moral em articulação com o papel da religião.

A moral dirige-se ao que se deve fazer na realidade da vida cotidiana e a religião define a realidade de maneira muito ampla, base para a moralidade. Defende a tese de que a experiência cristã da vida, morte e ressurreição de Jesus produziu uma mudança cognoscitiva da realidade e só conseqüentemente tem implicações éticas. O viés profundamente conservador do A. aparece quando trata da versão moderna da moralidade cristã, que ele chama de utópica e na qual insere a teologia da libertação. Considera a sua cosmovisão provindo *in toto* da tradição profundamente secular e atéia do marxismo e por isso considera-a interpretação enormemente errônea do NT. Mostra desconhecer as intuições mais profundas dessa teologia e sua natureza específica teológica de experiência de Deus no pobre.

Apesar do forte condicionamento americano do pensamento do A. e de seu viés conservador liberal nas suas reflexões de natureza política e teológica, o leitor brasileiro pode encontrar elementos analíticos muito válidos da atual situação pluralista e sua repercussão no campo religioso e ético. Estilo simples, claro, direto sem sofisticações teóricas. Leitura útil e sugestiva!

J. B. Libanio

A. YOU, *La loi de la gradualité: une nouveauté en morale*. Fondements théologiques et applications, Paris: Lethielleux, 1991, 198pp., 22 X 14 cm. Le sycomore. ISBN 2-283-61163-6.

Em certos âmbitos da moral cristã constata-se uma sempre maior dicotomia entre as exigências propostas pela Igreja através do magistério e a vivência real das pessoas que participam desta mesma Igreja. Não existe uma contestação explícita destas exigências mas uma desconsideração diante da impossibilidade real de cumpri-las. Esta situação cria grandes desafios para a pastoral. Em geral encontram-se dois tipos de atitudes face a esta situação: continuar a propor as exigências na sua radicalidade, considerando qualquer ato contrário como intrinsecamente mau e desconhecendo a situação concreta das pessoas, ou pensar que a insensibilidade da Igreja leva a pôr entre parêntese e a não propor estas exigências porque são irrealis.

Os bispos defrontaram-se com esta situação com relação à *Humanae Vitae* durante o Sínodo da Família de 1980. Na discussão surgiu uma saída, aplicando ao caso do uso de anticoncepcionais e a outros a *lei da gradualidade*. Esta idéia aparece nas propostas finais do Sínodo (nn. 7 e 24). Os bispos defendem que a *lei escrita do ensinamento da Igreja* está a serviço da *lei não escrita da consciência* a fim de conduzir a esta a uma inteligência mais fecunda do mistério de Cristo, de sorte que seja mais plenamente integrada na vida e costumes de cada um. Insistem na progressividade em relação à norma.

João Paulo II assume esta idéia na *Familiaris Consortio* (n. 34) acrescentando, à idéia de progressividade, o fato da necessidade de *edificar*

a verdade na caridade, e verdade identifica-se com a ordem moral objetiva. Por isso, lembra que a lei da gradualidade não deve significar a gradualidade da lei. Em outras palavras, existe uma progressividade tendente à verdade objetiva da norma e não uma norma para cada um dependendo do grau em que se encontra. Os bispos colocam o acento na progressividade da consciência. O papa recorda a importância da verdade objetiva da norma. Os dois, no fundo, não estão em oposição se entendemos bem o sentido da lei da gradualidade. Este é o objetivo da obra de Alain You, beneditino francês, formado em Moral por Roma e Fribourg. O livro apresenta a dissertação de mestrado.

A primeira parte comenta os textos magisteriais posteriores à *Humanae Vitae* que contêm indícios (Paulo VI) ou aludem diretamente (João Paulo II). Neste segundo caso analisa principalmente a *Familiaris Consortio*, onde pela primeira vez aparece explicitamente a lei da gradualidade, e as catequeses das audiências de quarta feira sobre o amor conjugal. Traz também a contribuição dos bispos para a sua elucidação nas reações episcopais posteriores à *Humanae Vitae* e nas discussões do Sínodo de 1980.

A segunda parte apresenta uma reflexão mais sistemática buscando os fundamentos da lei da gradualidade na Escritura e em alguns autores importantes (Santo Tomás de Aquino, Santo Afonso M. De Liguori e o Cardeal John Henry Newman).

A terceira parte aponta para alguns dados importantes das Ciências humanas contemporâneas que podem ajudar na compreensão da necessidade de progressividade em relação às exigências de qualquer norma objetiva.

A última parte é uma aplicação da lei da gradualidade a alguns casos: restituição, desarmamento internacional, questões de moral social, homossexualismo, masturbação de adolescentes, relações pré-matrimoniais e divorciados recasados.

A lei da gradualidade mostra que a moral cristã é mais uma moral do *tender para* do que uma moral de *atos*. Uma moral de intenção ou de tentativas do que uma moral de resultados. Para o autor, o pastor, na aplicação da lei gradualidade, deve procurar: formar a consciência, lembrando as normas objetivas e mostrando o valor que elas querem defender e promover; ajudar a discernir, no caso concreto, como colocar em prática a norma, segundo a virtude cristã da prudência; deixar a decisão para o próprio sujeito; não julgá-lo pela decisão tomada se se constata um tender para a norma; encorajar, ajudar e sustentar no caminho progressivo, continuando a formar a consciência a partir do que já foi conseguido.

Pela lei da gradualidade, quanto mais um orientador é consciente da verdade objetiva da norma, mais ele deve estar atento às circunstâncias concretas da situação e ao estado real da consciência do sujeito, porque o seu interesse é a assimilação existen-

cial do valor que a norma aponta. Em sentido inverso, quanto mais um orientador quer ser compreensivo da subjetividade das pessoas, mais ele deve apontar para o verdadeiro bem indicado pela norma objetiva e ajudar a tender para a este fim, porque o seu interesse é o crescimento projetual em direção ao bem, e não a estagnação na situação em que se encontra.

A lei da gradualidade tem uma grande incidência pastoral e é uma saída para muitos casos difíceis e conflitivos. Trata-se, por um lado, de fazer a pessoa tender sinceramente para o bem apontado pela norma objetiva, mas, por outro lado, aceitar que existe uma progressividade neste tender. Não se pode exigir o cumprimento radical das exigências de uma norma. *O homem é um ser histórico que se constrói, dia a dia, com numerosas decisões livres: por isso conhece, ama e cumpre o bem moral segundo etapas de crescimento (FC 34).*

A obra de You vem em boa hora lembrar a importância da lei da gradualidade para que não se caia num rigidismo estéril apregoador por certos setores. O tuciorismo afasta as pessoas da graça de Deus e fecha as portas da Igreja. O princípio da progressividade da consciência responde aos dados da antropologia moral e está mais de acordo com a dinâmica da graça e da misericórdia de Deus.

José Roque Junges

J. NUNES, *Pequenas comunidades cristãs. O Ondjango e a inculturação em África/Angola*, Porto: Universidade Católica Portuguesa / Fundação Eng. António de Almeida, 1991, 381 pp., 23,2 x 15,8 cm. Coleção: Biblioteca Humanística e Teológica.

Este trabalho foi apresentado e defendido como tese de doutoramento, tendo a classificação máxima, na Universidade Pontifícia de Salamanca (em 17/10/89), sob o título: "Avaliação eclesiológica do Ondjango — Processo de inculturação da fé em comunidades Cristãs africanas". Este aviso colocado no início do livro já nos estimula para a leitura da obra e, mais ainda, o fato de a tese não ser sobre um texto venerado da tradição ou de um autor contemporâneo já consagrado, onde normalmente se busca matéria para esse tipo de trabalho.

José Nunes é sacerdote dominicano português e, por muitos anos, foi missionário em Angola nas dioceses de Kwanza sul e Novo Redondo, onde encontrou um dos mais ousados processos de evangelização inculturada do Continente africano, o "Ondjango" cristão. Trata-se da organização das comunidades cristãs segundo o modelo tradicional de vida social e de forma de governo.

O Autor defende que a inculturação não é tarefa do missionário senão dos cristãos autóctones. Seu trabalho não é, portanto, um projeto pastoral, mas sim, a apresentação de uma eclesiologia explícita e implícita do "Ondjango" cristão e sobretudo a avaliação de um processo cultural e eclesial naquele País africano, humilhado por séculos de colonização portuguesa e, nas três últimas décadas, dilacerado pela guerra.

O trabalho está composto de onze capítulos distribuídos em três partes, além da introdução e conclusão. Como toda teologia séria e responsável, começa por abordar o tema a nível bíblico, mostrando como a Revelação se encarna nas diferentes épocas culturais de Israel. Para compreender tal mistério Israel parte da experiência religiosa dos patriarcas e, ao longo de sua história, fará uso de elementos das culturas vizinhas. Israel, entretanto, cria um distanciamento e reserva crítica com relação aos dados culturais tanto nacionais como estrangeiros, tendo como critério a conduta humanitária de seus vizinhos e a sua própria. Os profetas pré-exílicos, por esse motivo, não têm como preocupação central o combate à crença nos ídolos, mas sim a conduta decorrente de tal crença.

Israel vai assim purificando a sua cultura e a sua religião. Tem plena consciência de ser o Povo Eleito. Tal consciência, entretanto, não exclui a universalidade do desejo salvífico de Javé; o conteúdo do livro do Gênesis assim como a influência das reflexões e "sabedorias" helenísticas e orientais na literatura sapiencial o confirmam.

A pedagogia da revelação de Deus é, portanto, histórica, cultural, que aceita enfim a mediação humana. A encarnação do Filho de Deus é prova disso. O Novo Testamento não fornece uma doutrina sobre esse assunto, deixa porém alguns indícios que nos permite concluir que Jesus,

como herdeiro da cultura judaica, assumiu sua cultura por um lado e, por outro, “des-culturalizou-se”.

O A., tendo, pois, como ponto de partida as Sagradas Escrituras, mostra em seguida como a mensagem cristã, propagada pela missão da Igreja, ao longo de sua história, teve em conta a pluralidade de culturas, com elas dialogou e buscou sínteses exemplares capazes de nos iluminar num projeto atual de inculturação missionária. Essa missão, entretanto, só ganha impulso com o Pentecostes que, ao contrário de Babel, consagra a diversidade das línguas. A fé cristã rompe com o judaísmo e se expande por todo o Império Romano em boa parte helenizado. É aqui que se percebe a necessidade de inculturação da fé. Isso Paulo levaria a peito contra todo esforço de identificação da fé cristã com a cultura judaica. Essa reflexão a nível histórico, passando pela oficialização do Cristianismo por Constantino e sua evolução ao longo de toda Idade Média e a descoberta das Américas, chegará até as teses do Vaticano II.

A abordagem da inculturação a nível teológico é o capítulo mais bem trabalhado da primeira parte. Nele, o A. mostra a urgência do tema, clarificando determinados conceitos como cultura e inculturação, diferenciando este último de enculturação e aculturação. A partir dessa clarificação fundamenta antropológica e bíblico-teologicamente a inculturação e chega mesmo a apresentar propostas pastorais concretas.

Essa primeira parte é concluída com a defesa de uma teologia africana. O A. trata nesse capítulo a concretização específica, no contexto africano, de como um processo de inculturação e emergência da fé nas culturas, não só dá aval a vivências e

expressões plurais da fé cristã, como, também dá origem a teologias particulares, enquanto resultado de pesquisas e reflexões dessas mesmas comunidades de fé locais e contextualizadas.

Essa primeira parte serve como legitimação, ponto de referência e quadro geral de compreensão da realidade do Ondjango. Este é o tema da segunda parte e parte central da tese. Aqui, mais precisamente, o A. trata a passagem do Ondjango tradicional para o Ondjango cristão. Para tanto, ele faz uma abordagem antropológica do Ondjango: notas sobre o espírito comunitário negro-africano e expressão típica exemplar da vida comunitária. Estes temas, com os quais começa a grande novidade do trabalho, são apresentados com suficiente objetividade, sem o deslumbramento comum à nova geração de missionários ocidentais, muitas vezes resultado de um complexo de culpa por um passado de colonização.

Com esse mesmo espírito de objetividade, o A. passa a apresentar as comunidades cristãs baseadas nessa forma tradicional de governo: “o Ondjango cristão”. Tradicionalmente o Ondjango designava o grupo de homens reunidos, bem como o lugar de reunião, para tratar a vida da comunidade e dinamizá-la. O Ondjango cristão evoluiu no sentido de reunir não apenas homens, mas casais escolhidos pela comunidade. Esse grupo, o que é propriamente o Ondjango, é o núcleo central da comunidade, centro vital e dinamizador, que tem por finalidade colocar em ação todos os membros levando-os a sentirem-se membros de um corpo vivo e organizado.

A terceira e última parte é uma avaliação eclesiológica das comunidades — Ondjango. Como a eclesio-

logia é um ramo bastante novo da teologia, o A. começa tal avaliação buscando uma fundamentação da experiência das comunidades Ondjango em confronto crítico com a eclesiologia do Vaticano II. Esse instrumental permite ao A. uma conclusão brilhante de seu trabalho. Primeiro, porque ele vai trabalhar com a categoria "Povo de Deus" na sua dimensão histórica, universal e missionária; categoria esta menos hierarquizada e essencialista que a do "Corpo místico de Cristo", por exemplo. Segundo, porque a partir do contexto das comunidades Ondjango e mais a contribuição das eclesiologias pós-conciliares do terceiro mundo, chega a uma compreensão dessa categoria onde a realidade povo equivale a pobres e pequeninos.

O passo seguinte será uma reflexão teológica sobre a Igreja local do Kwanza sul, isto é, como isso que foi discutido anteriormente se encarna naquela realidade africana. Tal reflexão, entretanto, não parte da própria realidade, senão dos dados bíblicos e patrísticos e doutrina conciliar. O A. tem ainda a lucidez de clarificar certos termos (como católica e universal, por exemplo) que nesse tipo de reflexão costumam dar margens a confusão e ambigüidades. A conclusão a que chega, entretanto, é sem novidades com o risco de generalizações.

Com efeito, a relação de dependência, em especial a econômica, da

Africa com relação ao ocidente não se dá só a nível eclesial; toda sua economia é dependente. Realidade agravada pelas guerras e ameaças em diferentes países da Africa. Não se pode analisar a situação das Igrejas locais fora desse contexto. Muitas Igrejas africanas não estão em condições de recusar a ajuda econômica do ocidente. O que é preciso ser revisto é a postura de quem as dá e recebe; O desejo de independência por parte dos africanos é legítimo e sobretudo evangélico, mas não pode, de forma alguma, ser romântico.

Esse pormenor, entretanto, não chega a comprometer a boa qualidade do trabalho. E é mantendo esse nível que o A. compõe seus dois últimos capítulos. O primeiro deles é de grande importância, porque nele ele mostra como as comunidades Ondjango possuem um núcleo de ministérios laicais que potenciam a realidade de serviço de toda a comunidade. No segundo, tais comunidades são confrontadas com os outros modelos eclesiológicos. Apresentando tais modelos, o A. chega a situar entre eles as comunidades Ondjango, avaliando lucidamente seus alcances e limitações.

Eis aí portanto mais uma obra indispensável às boas bibliotecas de teologia da inculturação.

Marco Antônio Moraes Lima

H. ASSMANN, *Crítica à lógica da exclusão*. Ensaios sobre economia e teologia, São Paulo: Paulus, 1994, 144 pp., 21 x 14 cm. Coleção: temas de atualidade. ISBN 85-349-0164-3

O livro enfeixa uma coletânea de artigos que giram na sua maior parte em torno da relação entre economia e teologia. Num primeiro artigo, o A. analisa o que ele chama de FATO MAIOR que ocupou a teologia da libertação (TdL) até o final da década passada e aquele que agora emerge como desafio a ela. Antes o primado ocupavam os pobres, a opção pelos pobres, a Igreja dos pobres.

Sem negar a importância desse momento, confessa que se foi embaçado por certa ingenuidade ou generalização apressada, ao apresentar-se o potencial libertador dos pobres de maneira mais voluntarista que realista. Os anos têm mostrado a triste realidade de que eles se tornam cada vez mais pobres e impotentes.

Além disso, aponta com lucidez outros limites da TdL: quanto a seus pressupostos antropológicos, a TdL acentuou a urgência da satisfação das necessidades com descuido do problema dos desejos; quanto aos políticos, mitizou os pobres como sujeito histórico na sociedade e na Igreja; quanto aos econômicos, trabalhou pouco a relação entre mercado e plano; quanto aos teológicos, respondeu rapidamente à questão de Deus, identificando-o com o Deus dos pobres e deixando intocado problemas relevantes na experiência de transcendência no interior da história; quanto aos eclesiológicos mais especificamente, faltou-lhe verdadeiro ecumenismo e sobrestimou a opção pelos pobres no interior da Igreja católica.

O A. analisa com muita clareza e pertinência os mecanismos político-econômicos que têm criado este FATO MAIOR da exclusão, já que o tipo de desenvolvimento que cada vez mais se impõe pelo neoliberalismo é estruturalmente pensado e viável somente com a exclusão de parte considerável da população mundial. Aponta a solidariedade e cidadania como temas cruciais para a nova fase da TdL.

Dedica, no capítulo seguinte, interessante artigo à análise da Encíclica *Centesimus annus*. Sem deixar de ser crítico, aponta aspectos importantes a partir da ótica do fato maior, procurando perceber as continuidades, a regularidade das influências do ensinamento da Igreja. Salienta a estratégia do Papa de lutar por uma cultura solidária, ampliando a consciência social da Igreja e até mesmo permitindo-lhe atitude crítica. Mesmo que com seus referenciais absolutos a posição do Papa não se aproxime da modernidade, é importante constatar que ele atribui lugar central à dignidade humana no seu código de referências. Esta chave e outras posições do Papa, críticas ao neoliberalismo, servem ao questionamento-eixo para o tema da cultura solidária. Pode-se, no entanto, questionar a distinção que ele julga possível entre o capitalismo e a cultura capitalista. Na prática, há uma relação mútua muito intrincada entre ambas.

Um terceiro texto trata dos entrelaçamentos entre economia e teologia, tema, aliás, pouco tratado pela corrente hegemônica da TdL. O pressu-

posto, que atravessa o texto, é de que as teorias econômicas têm implicações não só éticas como também teológicas. E não basta uma simples consideração da relação entre ética e economia, ainda que ela seja importante sobretudo no universo secular de hoje. A crítica teológica à economia se faz necessária, já que acrescenta nova força à crítica ética, supera o impasse acomodatório da ética protestante e da doutrina social da Igreja em relação ao capitalismo, e desoculta a insuficiência da articulação entre princípios éticos e *ethos* enquanto formas comportamentais efetivamente adotadas, introduzindo a relação fé-ação. Além disso, a conjuntura atual exige tal enfoque. Pois vivem-se, após o colapso do socialismo real, intensa messianização do mercado, naturalização das estruturas históricas do presente, retomada do discurso sobre o "fim da história" (F. Fukuyama) de caráter "teológico".

Muito aguda e pertinente é a análise do jogo neoliberal de projetar os mecanismos do mercado como realizadores por si mesmos duma lógica benfazeja para todos e de acusar as intencionalidades subjetivas opostas de ignorantes, ainda que socialmente sensíveis. Cabe à teologia desmascarar este "evangelho", esta idolatria do mercado, desde a perspectiva da dignidade de toda pessoa humana. Com bastante perspicácia, explícita a antropologia subjacente à ciência econômica capitalista no sentido de considerar o desfecho positivo do jogo das paixões, sobretudo levando em consideração a paixão mais produtiva do interesse próprio. Renuncia-se a um ser humano ideal e assume-se o ser humano real minimalista, deixando de lado perguntas antropológicas fundamentais e consensos coletivos acerca de metas sociais solidárias. As leis do mercado se implantam como naturais e

espontâneas. Hoje um dos defensores maiores do neoliberalismo, F. A. Hayek, nega que os seres humanos sejam capazes de perseguir metas sociais de forma conscientemente planejada. Por sua vez, o papa criticou o socialismo real pelos seus pressupostos antropológicos, enquanto os pressupostos do neoliberalismo não são menos nefastos e desumanos. O desafio hoje consiste em encontrar um caminho que articule economia-com-mercado com priorização de metas sociais, mediante a vontade política mediada por instâncias institucionais apropriadas, democraticamente criadas e dinamizadas. Elenca uma série de questões de gravidade ética e religiosa que as teorias econômicas recentes descuidam, desde o problema da distribuição e concentração de rendas até transposições apressadas de linguagens religiosas pré-modernas para contexto da moderna economia de mercado. Em seguida, indica as contribuições latino-americanas quanto à relação entre economia e teologia nos seguintes temas: idolatria, sacrificialismo, conceito de Deus, seqüestro do evangelho pelo novo evangelho neoliberal, fé como escuta do clamor, lei e Espírito, pecado-pecado original e dimensão social do pecado. Termina mostrando como o imaginário econômico vem perseguindo a formulação teológica desde seus inícios.

O texto seguinte versa sobre a crítica à economia política a partir da corporeidade, elaborado para um Seminário internacional sobre a ética do discurso e a filosofia latino-americana da libertação (São Leopoldo, 1993) na seqüência de outros seminários de diálogo filosófico Norte-Sul. Parte da constatação de que nesse diálogo vêm-se praticando estratégias conceituais diferentes. O autor busca multiplicar as interfaces nas estratégias conceituais. Observam-se,

entre Norte e Sul, convergências na linguagem genérica, divergências nos referenciais mais concretos, nos critérios prioritários e alternativos para transformações sociais.

Depois de esboçar alguns traços da nova configuração do capitalismo mundial, aliás já expostos em outra parte do livro, instaura críticas contundentes ao pressuposto standard dos economistas neoliberais, a saber, a racionalidade usual dos agentes econômicos, associada à peculiar noção de eficiência numa economia de mercado, independentemente de irracionalidades de agentes econômicos individuais. Os incompetentes e os que não têm condição de entrar no mercado são, portanto, irracionais.

Aponta para os pressupostos da teoria econômico-evolucionária do conhecimento no sentido de aplicar ao agir humano, a tudo que tem vida, os próprios conceitos da ciência econômica: escassez, preferências, oportunidades, custos, benefícios. Defende-se nessa teoria que a economia de mercado é essencialmente um sistema de informação e de descoberta, que resolve eficientemente os problemas emergidos na vida.

Aborda também a questão da polêmica sobre altruísmo/egoísmo na economia e a pseudo-crítica pós-moderna da economia, que facilmente pode cair na irresponsabilidade, para terminar com uma reflexão sobre a filosofia e a crise do fundamento da economia. Define esta crise como alienação da economia em relação aos seres humanos concretos que somos nós e propugna a elaboração de linguagem comunicativamente relevante em substituição à linguagem tradicional dos movimentos críticos já desgastada. Julga que o conceito de "corporeidade" pode ser heurísticamente rico para tal tarefa,

dado o seu potencial explicativo e conscientizador. Recobre leque de referências fundamentais: o ser humano como feixe vivo de necessidades e desejos, o nexos corporal da fraternura e do criativiver entre os homens, os corpos aviltados e anelantes. Enfim, conceito riquíssimo que pode revitalizar as ciências sociais.

O livro se encerra com um texto sobre espiritualidade solidária e beleza: O encantamento da vida presente. Adverte, logo de início, que o reencantamento do cotidiano não tem nada a ver com o distanciar-se de opções de engajamento por aqueles a quem, além do pão, está sendo negada a beleza. Articular pão e beleza implica refazer a fundo o conceito de política, economia e todo o resto. Não se trata de favorecer êxtases particulares e elitistas para minorias privilegiadas, mas de conjugar mediações históricas e horizonte utópico, não sacrificar o presente em nome de heranças do passado e abstrações acerca do futuro. Beleza significa um mundo em que todos se sintam acolhidos, respeitados, incentivados num ambiente marcado pela fraternura e pelo criativiver. Nessa perspectiva, o texto se detém sobre a linguagem que fala da beleza, sobre a pesada herança platônica, deslocando o acento para a experiência da beleza da vida cotidiana na precariedade, provisoriedade e finitude, e não simplesmente reservá-la para o mundo das idéias. Critica também o dogmatismo estético da vertente clássica da filosofia ocidental em nome de uma estética da transitoriedade e do provisório. Cita a provocante tese dos alemães F. Cramer e W. Kämpfer de que "a beleza surge por toda parte onde o caos desemboca na ordem e a ordem no caos". Investiva o seqüestro da beleza por parte do capitalismo, submetendo-a aos critérios mercadológicos. Interessa é o di-

reito de todos ao acesso à apreciação do belo, ao saboreamento da alegria de viver.

Vale a pena ler este livro. Pensamento maduro, crítico, conciso. Mesmo quando o A. simplifica ao máximo uma tese, a visão de um autor, realiza-o de maneira inteligente, profunda, sem cair em simplismos. Percebe-se que por detrás das afirmações contundentes há muito conhe-

cimento, muita reflexão. Permite ao leitor ir ao cerne das questões. Não se deixa seduzir por uma erudição paralisante e estéril, que esconde, sob aparente profundidade, uma complexidade da realidade inabarcável e por isso mesmo, intocada e intocável.

J. B. Libanio

A. ANTONIAZZI - C. CALIMAN (orgs.), *A presença da Igreja na cidade*, Petrópolis: Vozes, 1994, 110 pp., 21 x 13,7 cm. Coleção Igreja do Brasil. ISBN 85.326.1176-1

Várias pastorais de cidades de porte grande e médio estão profundamente preocupadas com a realidade urbana. Tema que se tornou crucial para a vida da Igreja do Brasil, já que o país tem hoje a taxa de urbanização média de 75%. Em 1992, representantes das coordenações pastorais das arquidioceses de São Paulo, Belo Horizonte e Campinas reuniram-se em São Paulo com alguns assessores para iniciar estudo mais sério sobre a pastoral urbana. Este livro publica as principais colocações feitas naquele Encontro.

O texto cobre três blocos: a realidade pastoral da cidade, a cidade e a religião, e reflexão teológico-pastoral.

Na primeira parte, Sérgio Conrado e Ruth Maria de Carvalho apresentam o percurso pastoral palmilhado pela arquidiocese de São Paulo a partir de 1965. Distinguem quatro etapas. A primeira etapa (1965-1970), quando do pastoreio de

D. Agnelo Rossi, caracteriza-se pela divisão da arquidiocese em três regiões e em orientação centrada na consciência de Igreja particular. A segunda etapa (1971-1975), que começa com o novo arcebispo D. Paulo Evaristo, amplia o número de regiões até nove tendo cada uma um bispo auxiliar à frente com acento na participação popular, solidariedade com os oprimidos e criação de CEBs. A terceira etapa (1975-1990) incorpora a concepção de ação pastoral em contexto pluralista com participação ampla e diversificada. Na quarta etapa (1991-1994), elabora-se o VIº Plano de Pastoral, mas primeiro após a divisão da Arquidiocese com a presença de 4 dioceses autônomas na mesma área urbana. Apontam-se, em seguida, as dificuldades e expectativas da pastoral na cidade.

P. Carlos Fragoso descreve, em poucas linhas, o desenvolvimento de Belo Horizonte desde a fundação da cidade e a caminhada pastoral da

Igreja neste período. Rosinha Borges Dias apresenta com clareza e objetividade o Projeto Pastoral Construir a Esperança. Termina acenando a algumas dificuldades do Projeto e a suas futuras perspectivas na linha da espiritualidade, da formação/organização dos leigos e da presença pública na cidade junto aos excluídos e na questão ética.

A segunda parte contém dois trabalhos de caráter mais teórico sobre a cidade e a religião nela. Luiz Wanderley detém-se em apontar os sujeitos sociais e políticos. Em seguida elenca nos campos econômico, político, social e cultural alguns indicadores da atual situação e possíveis alternativas de resposta. É texto ainda em forma embrionária, a modo de indicações breves, concisas e sumárias à espera de ulterior discussão e elaboração. Funciona à guisa de interessante e provocante pauta de discussão.

L. R. Benedetti, sob o prisma da sociologia da religião, tenta entender as novas formas de religiosidade do mundo urbano, diferente do enfoque das décadas anteriores, preocupadas com a queda das práticas religiosas institucionais. Em mundo em que a religião perdeu plausibilidade imediata, recorre-se a instâncias não-religiosas para entender o fenômeno religioso. O A. questiona os pressupostos da teoria da secularização, superando o equívoco da identificação de religião com Igreja. Mostra como na sociedade moderna a socialização (a transmissão religiosa) passa por instâncias de escolha do sujeito, assumindo a religião "forma invisível". O A. recorre aos elementos teóricos de Luckmann e Berger. E a partir daí faz considerações concretas sobre a forma de presença da religião nesse mundo moderno: privatização, distância do discurso

oficial, seu caráter opinativo, fenômeno do trânsito religioso, pluralismo religioso, etc. Não se trata de indiferença religiosa, mas de indiferenciação religiosa. Interpreta o pentecostalismo e umbanda como reais formas religiosas diante do mundo urbano, em relação explícita de rejeição do mundo como algo mau. O texto reflete processo teórico em elaboração com afirmações nem sempre interligadas, mas soltas, para discussão ulterior. A fundamentação está apenas esboçada, ainda que suficiente para provocar o leitor a ulteriores reflexões.

A terceira parte é mais estritamente teológico-pastoral. A. Antoniazzi começa acenando à complexidade e diversidade das cidades com a necessidade de conhecer a sua relação com o sistema mais amplo e com a possibilidade de ir construindo a cidade de modo mais humano. O A. percorre alguns binômios que servem para entender a nova situação da cidade e da pastoral urbana: público x privado, sistema x mundo vital, rural x urbano, acrescentando pertinentes observações críticas. Insinua que o próprio termo pastoral urbana não é exato. Mais correto seria falar de "pastoral na cidade", onde ainda existe muito de mentalidade rural sob o impacto crescente do urbano. Nesse contexto, trabalha três oposições em nível antropológico ou cultural que vigem entre rural e urbano: tradição x inovação, concepção e experiência social do espaço e do tempo opostas, simbolismo e gestos litúrgicos em oposição. Em seguida, Antoniazzi propõe orientações pastorais práticas com respectiva justificação teológica em três níveis: da pessoa, do grupo e da presença pública na cidade. No primeiro nível da pessoa, alerta para a emergência da subjetividade com a exigência de levarem-se a sério a

experiência religiosa das pessoas, a integridade e totalidade da pessoa, a ligação entre fé e vida, o processo de iniciação à fé na família ou em outra comunidade. No nível de grupo, deve-se levar em consideração o pluralismo cultural e de comportamento das pessoas, prevendo ações pastorais diversificadas para os que freqüentam os movimentos e comunidades, para os católicos afastados da prática religiosa e de qualquer comunidade eclesial, para a grande massa de praticantes, para os mais afastados. Isso implica não só diversificação interna da paróquia como também abertura externa. No nível da presença pública na cidade, concentra a reflexão na questão da reconstrução da cidade, enquanto mediação de vida e de nossas práticas, tanto no plano material como na dimensão de cidade subjetiva do mundo vital. Antoniazzi termina articulando os três níveis. São considerações pertinentes, claras, iluminadoras, de caráter prático e factível. Vale a pena conferir.

O livro conclui com reflexão de Cleto Caliman sobre a evangelização na cidade. Em cidade policêntrica, a religião modifica sua presença, assumindo forma privatizada, difusa, em ruptura com a sua expressão tradicional e eclesial, e dificultando assim a comunicação por parte da Igreja. Tal situação está a exigir a realização

do modelo de Igreja a partir da Igreja particular, como "locus" concreto do acontecer da universalidade da Igreja, e um repensar os ministérios e papel do presbítero. Em seguida, aponta algumas indicações para a articulação pastoral, evitando certos defeitos inerentes à visão funcionalista, à pastoral de resultados e ao individualismo pastoral, e assumindo a diversidade e complementaridade das vocações, carismas e ministérios, o princípio da autonomia, da subsidiariedade e da participação responsável. Ao final, sugere programa de pastoral urbana levando em consideração a emergência da subjetividade, o desafio das novas formas comunitárias e a presença pública da Igreja na cidade.

O livro é primeiro esforço conjunto de três igrejas particulares para refletirem sobre a pastoral na cidade. As reflexões ainda são embrionárias. Sente-se o caráter provisório e fragmentário das colocações. Mas já há sinais que apontam para novos rumos. Não existe nenhuma reflexão abrangente e que mergulhe em profundidade na realidade da cidade. São antes traços que conseguem no seu conjunto apresentar radiografia inicial para futuros estudos.

J. B. Libanio

SETOR PASTORAL SOCIAL-CNBB, *Brasil: alternativas e protagonistas*. Por uma sociedade democrática: 2ª Semana Social. Prefácio de Dom Luciano Mendes de Almeida. Petrópolis: Vozes, 1994, 157 pp., 21 x 13,6 cm. ISBN 85.326.1303-9

Este livro apresenta os resultados da 2ª Semana Social que o Setor Pas-

toral Social da CNBB organizou entre os dias 24 e 29 de julho de 1994.

Não foi um evento isolado, como tantos congressos e assembléias. Veio coroar um processo e desencadear outro. Foi precedido por estudos, reflexões e por 14 Semanas Sociais Regionais e por mais de uma centena de Semanas Sociais Diocesanas. Aproveitando este material prepararam-se dois documentos: Instrumento de Trabalho e A Semana Social em Poesia, Cordel e Jogral, como subsídios para a 2ª Semana Social Brasileira.

Situam-se esta Semana Social e os resultados, que dela brotaram, no horizonte da crise generalizada que afeta o Brasil. Momento de muito sofrimento, de muita frustração, de muito fracasso, de muitas esperanças suscitadas e fraudadas, de muita decepção com os homens públicos do país, sobretudo com os políticos. Do fundo desse poço, erguem-se, de outra parte, forças vivas da nação que querem dizer um basta a tanta mediocridade, a tanta corrupção, a tanta falta de ética. Nesse movimento entende-se a idéia de organizar a 2ª Semana Social, fazendo precedê-la largo tempo de reflexão, discussão, preparação nas bases.

O tema central foi pensar alternativas e identificar, incentivar os seus protagonistas. De dentro dessa intuição básica, arrancam seis linhas principais: a ordem ética, a abertura ao novo e diferente, o respeito e valorização daquilo que as pessoas estão efetivamente fazendo, a preocupação com a vida dos excluídos, a relação entre os diferentes níveis e elementos de compreensão da realidade e finalmente a atmosfera que envolve todos os pontos anteriores: fé em Jesus Cristo, revelação de Deus na história.

O presente livro apresenta o resultado escrito dessa 2ª Semana So-

cial que se desdobrou em sete movimentos de bela sinfonia. Começou-se com a acolhida dos participantes, que, distribuídos por suas regiões geográficas de origem, fizeram apresentação criativa e original de sua situação humana. O segundo movimento foi a construção coletiva dos módulos temáticos: Desenvolvimento Econômico, Estado Democrático, Cidadania x Dominação Político-Cultural, Sujeitos e Valores Emergentes. Num terceiro momento, procurou-se a convergência democrática do que se produzira no módulo anterior. Em seguida, intentou-se ver todo o Brasil a partir das diferentes regiões. Era dizer-se qual é o BRASIL QUE A GENTE QUER. Um quinto dia foi dedicado ao trabalho de síntese. Terminou-se com o sexto e sétimo movimentos da socialização e celebração dos resultados expressos em três tendências fundamentais:

1. a linha democrática na tensão dialética entre o público e o privado, na descentralização de processos e nas formas coletivas de controle social;
2. a linha da valorização da pessoa humana através da convivência plural das singularidades;
3. a linha da construção coletiva por meio da comunhão e solidariedade.

O livro é extremamente conciso. Procura condensar a riqueza enorme exposta na Semana Social. Já é tão sintético e resumido que fica difícil resumir ainda mais. No entanto, vale a pena acentuar alguns elementos para despertar o apetite do leitor.

O texto mostra percepção forte e clara de que os protagonistas fundamentais da construção do Brasil, que queremos, são os sujeitos emergen-

tes em resposta à corrente neoliberal que os exclui. Alguns relatos da ação desses sujeitos foram privilegiados, a título de exemplo: Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas, o Projeto Pe. Ezequiel Ramin em Rondônia. Esses sujeitos emergentes são as diferentes formas de ações coletivas mobilizadas para satisfazer necessidades básicas e carências radicais, percebidas como direitos não realizados na nossa sociedade. Eles aparecem mais claramente nos conflitos sociais. Muitos deles vivem valores profundos, mas não explicitados. Trabalho a ser feito sobretudo pelos agentes que os acompanham e têm distância para tal. E na Semana Social procurou-se sistematizar este quadro de valores, aparecendo assim sua enorme riqueza sobretudo na defesa, promoção e garantia de vida plena para todas as pessoas e para todos os seres vivos contra a cultura da morte. A partir daí, pode-se imaginar também novo agir para esses sujeitos.

A Cidadania e a pluralidade cultural ocuparam, de modo relevante, a atenção das reflexões com resultados extremamente ricos, sugestivos e contundentes. Três subquestões perfizeram o itinerário reflexivo: a construção da cidadania, a democratização do sistema de comunicação e a educação como prática da cidadania. Na construção da cidadania, estudaram-se os mecanismos de construção desta cidadania nos três campos: econômico, político e cultural com reflexões bem concretas e práticas. A democratização do sistema de comunicação e a educação não foram somente rastreadas nos problemas que levantam, mas também foram oferecidas pistas de solução.

A democratização da economia mereceu realce ainda mais marcante juntamente com a construção do Es-

tado democrático. Talvez estejam aí as sugestões mais ricas de toda a Semana Social. Apresentam-se iniciativas concretas de democratização da economia, à guisa de exemplo: A Massa Falida de Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá-Criciúma/SC e a do Sindicato dos Sapateiros de Franca/SP. Apontam-se rumos para novo modelo de organização econômica na apropriação social do excedente, em postura crítica diante da globalização da economia, da questão do Mercosul e da dívida externa, na democratização de bens e oportunidades consequentemente com reforma agrária integral, política agrícola democrática e descentralizada, reforma urbana, geração de empregos e renda. A construção do Estado Democrático avulta como uma das questões centrais da nossa realidade política. O ideal é um Estado fortalecido, porque controlado, efetivamente, pela sociedade civil em oposição ao atual Estado brasileiro privatizado, centralizado, ausente e ineficiente, pretenso Estado mínimo neoliberal, tutelado pelas forças armadas, pragmático, com Judiciário formalista sem senso da função social da lei. Desenvolveram-se na Semana algumas idéias-força:

1. negação do velho Estado submetido aos interesses privados com a criação das condições para novo Estado democrático;
2. estímulo ao exercício da cidadania ativa e ampliação-consolidação da participação popular na gestão pública;
3. construção de espaços solidários, a partir da afirmação dos espaços públicos não estatais;
4. o Estado nacional democrático como instrumento de democratização da ordem internacional e de solidariedade entre as nações.

Depois desse suculento e riquíssimo capítulo, há breve apresentação sobre a relevante questão da relação entre Ética e Subjetividade. Chegou-se na Semana Social a consenso substancial sobre os valores que devem reger a sociedade atual: o reconhecimento da igual dignidade de toda a pessoa humana, a vida como valor fundamental, a pessoa humana como ser social, a dignidade do pobre, a primazia do trabalho sobre o capital, a subordinação da organização sócio-econômica às necessidades básicas de vida das pessoas humanas, a urgência da inversão das prioridades na organização social e econômica da atual sociedade brasileira, a relevância fundamental da solidariedade e liberdade, a importância da subsidiariedade e a dimensão da pessoa humana como ser relacional.

Concluindo toda a Semana Social, apontam-se em prospectiva quatro idéias-força: radicalização da democracia, construção coletiva, cidadania ativa e inversão de prioridades. Valem como maravilhosa bandeira de ação para os movimentos, as pastorais, as comunidades de base, os planejamentos de igrejas particulares e

para todo corpo social que quiser somar suas forças no programa maior de construir o BRASIL QUE A GENTE QUER, em busca de ALTERNATIVAS e PROTAGONISTAS em vista de UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA.

No final do livro, apuseram-se diversos anexos: Discurso de abertura do Card. francês Roger Etchegaray, Palavras de D. Luciano Mendes de Almeida no início e no fim do debate com os presidenciáveis, as perguntas que lhes foram propostas, breve análise do debate com os presidenciáveis feita por I. Neutzling, uma reflexão sobre a ética e a subjetividade feita pelo P. Marcello Azevedo, sobre Ética e eixo central pelo P. Alberto Antoniazzi. Termina-se o livro com uma oração pelo Brasil que queremos e com a Proclamação da 2ª Semana Social Brasileira.

Mais que um livro para ser lido, oferece-se nele excelente material para estudo, discussões, planejamentos de instituições sociais e políticas. Vale a pena tê-lo como subsídio de reflexão e ação.

J. B. Libanio

R. R. FIGUEIRA, *Rio Maria*. Canto da Terra, Petrópolis: Vozes, 1972, 288 pp., 23 x 16 cm. ISBN 85.326.0804-3.

"Marcado para morrer", esta epígrafe define bem o autor: P. Ricardo, sacerdote diocesano que labuta na região do Araguaia, uma das mais conflituosas do país no tocante ao problema da terra. Ele deixa-nos o testemunho cáldo do seu diário de vida. No correr dos dias, o leitor vai

seguindo a trajetória corajosa de quem vive da esperança e do amor dos pobres. Ele não vive numa guerra em que partes beligerantes se enfrentam, mas assiste, no meio a protestos e mobilizações éticas, a um dos mais vergonhosos massacres de posseiros, líderes camponeses e agentes

de pastoral, na consideração do sociólogo José de Souza Martins, como observa o jornalista Ricardo Kotscho no prefácio.

Não se conseguem ler algumas páginas sem que não se narrem assassinatos. Uns encomendados por razão de terra, outros para roubar, outros por vingança, outros por razões passionais e muitos sem-razão, fazendo lembrar aquela sádica cena do filme "Lista de Schindler" em que o comandante do campo de concentração, simplesmente pelo tédio de viver, atirava mortalmente sobre vítimas indefesas e inocentes que pacificamente caminhavam no pátio.

O A. vem, há mais de uma década, trabalhando nessa região do rio Araguaia, circunscrita à diocese de Conceição do Araguaia e tem acumulado triste acervo de documentos da verdadeira chacina que acontece aí, acobertada pelos diferentes poderes econômico, político, policial e até judiciário.

O livro começa com a descrição da ordenação sacerdotal do P. Ricardo em contexto bem diferente daquele em que a maioria delas acontece (1980). Parece cena de cinema. Mas não. É a realidade dura de nosso país e o início de uma vida sacerdotal bem dentro desta situação de luta e morte com a coragem que só o Espírito sabe dar.

Depois desta cena, o diário salta para 1988 para cobrir o período que vai de outubro deste ano até março de 1991. Nesses dois anos e meio pode o leitor acompanhar a agenda de vida de quem participa do cotidiano sofrido e conflitivo do sul do Pará, de quem freqüentemente recebe notícias de conversas de pessoas que tramam sua morte. É um viver

no limite da vida sob o império da contínua ameaça de morte.

O diário vai fazendo-nos ver uma realidade escandalosa de crimes e impunidades. É infelizmente um Brasil real que está escondido da grande imprensa e por isso não chega ao nosso conhecimento. Os pistoleiros trafegam impunemente semeando as mortes, algumas com extremo sadismo, ocultando os cadáveres, escapando da polícia e do judiciário. Reina a lei da selva. Os fazendeiros compram ou invadem as terras, desalojam os lavradores, gerando os sem-terra. O conflito de terra é o prato do dia e a morte anda solta também nos garimpos.

A corrupção política campeia. Nem falta um grupo de vereadores querendo aumentar em pequena biboca do país seus salários para mais de 40 salários mínimos. Algo impensável, mas real. O protesto do povo fê-los recuar. E isso no Brasil da abertura, da liberdade de imprensa, de uma mídia muito moderna, que cobre com seu silêncio essa realidade-sombra.

Ao lado, presencia-se a vida da Igreja no meio dos pobres. As liturgias, a missão pastoral das pessoas de Igreja revelam beleza e heroísmo que nos comovem. Cena tocante do batizado de uma criança que logo acaba morrendo inspira versos delicados.

Um mundo de pessoas bem do interior circula sob os nossos olhos, fazendo-nos perceber o cotidiano da região na oscilação dos momentos de festa, alegria, reza e de luta, medo, ameaças e mortes. Perpassa pelos relatos a preocupação fundamental com o cultivo da fé das pessoas.

O diário revela também a trama da solidariedade internacional funcionando através de cartas, reportagens, artigos em revistas estrangeiras, livros, filmes, etc. Até parece que há mais interesse no estrangeiro pela gravidade da situação nesta região que no próprio país.

O livro está semeado de versos, carregados de dor e de sofrimento na carne das vítimas recordadas. Consegue mostrar ao vivo a realidade social e eclesial duma região de extrema conflitividade. O leitor pode perceber com clareza a força da fé e da comunidade eclesial em meio tão difícil. Conjuga-se a dupla preocupação com a vida de fé dos fiéis e com as condições mínimas de sua existência. O P. Ricardo vive continuamente sobressaltado pelas ameaças de morte, não só a ele, mas a tantos de sua comunidade. E acompanha-o a dor de que muitas dessas ameaças se concretizaram e desfila diante do leitor uma ladainha de membros da comunidade, de posseiros, de líderes populares assassinados. Há duas mortes que emocionam muito e que são descritas de modo mais detalhado: as dos líderes Canuto e Expedito. Nesses relatos aparece a vergonhosa convivência dos poderes constituídos, de um lado, e, de outro, o constante esforço de mobilização, não raro levada a cabo mais por grupos estrangeiros que nacionais.

O livro termina praticamente com o terrível assassinato do líder Expedito e com a ação impune dos assassinos de turno a mando de fazendeiros e acobertados pelas autoridades. Pesa sobre o P. Ricardo até as últimas notas a ameaça de morte, claramente tratada em conversas entre os pistoleiros de profissão. Também não deixa de ser repugnante ver como ainda se pratica o trabalho escravo em várias fazendas sem que se to-

mem medidas eficazes por parte das autoridades.

O Brasil que emerge do diário tem a dupla face de hediondez e de heroísmo. Heroísmo dos que continuam acreditando e lutando por uma situação de justiça para os mais pobres, para os posseiros, e de punição para os criminosos. Hediondez do crime anunciado, realizado às claras e acobertado por autoridades.

Quem quiser entrar de modo minucioso nessa trama terrível da maldade humana, de um lado, e da solidariedade, da coragem, da esperança, do outro, é convidado a percorrer este diário despretensioso, escrito no correr dos acontecimentos. Emerge um cotidiano vivido no interior duma região ainda submetida a condições precárias. Poeira na seca, atoleiro na chuva, pontes caídas, carros quebrados, água contaminada, falta de higiene, precariedade da saúde, mau funcionamento dos serviços públicos, clientelismo, desprezo pelo pobre, privilégio dos poderosos e prepotentes, abuso da polícia que apenas se distingue dos criminosos, a escuridão criminosa dos pistoleiros, seus mandantes e seus protetores policiais, políticos e juizes atravessam as páginas do diário. Não lhe faltam, porém, momentos de poesia, de encontros gratificantes, de visitas de amigos, de cartas de apoio, de acolhidas pobres mas alegradas com comidas festivas, com música, com a teimosia confiante dos pobres.

Se, de um lado, nos entristece que vivamos ainda no Brasil situações do farwest americano sob a lei da violência, do ódio, da vingança, do crime, da impunidade, doutro, vê-se surgir uma crescente consciência de um "basta radical" a tudo isso. Este livro soma-se a este esforço de conscientização e de articulação em

vista da erradicação dessa situação criminosa. Lê-lo, fazê-lo conhecido, citá-lo, apontá-lo como fonte fidedigna de informação significa inserir-se

nessa maravilhosa campanha de saneamento moral de nosso país.

J. B. Libanio

Coleção Bíblica Loyola

Publicações sob a responsabilidade da Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus.

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 (Planalto)
31720-300 Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-0233 — Fax: (031) 441-7227

A Coleção Bíblica Loyola publica estudos, comentários e subsídios bíblicos de nível científico internacional, seja traduzidos do exterior, seja produzidos por biblistas nacionais.

Títulos Publicados

Os Evangelhos I (Mateus e Marcos): G. Barbaglio e R. Fabris

Os Evangelhos II (Lucas e João): R. Fabris e B. Maggioni

Os Atos dos Apóstolos: R. Fabris

As Cartas de Paulo I (Tessalonicenses e Coríntios): G. Barbaglio

As Cartas de Paulo II (Gálatas, Romanos, Filipenses e Filémon): G. Barbaglio

As Cartas de Paulo III (Colossenses, Efésios, Pastorais e Hebreus): R. Fabris

O Apocalipse: P. Prigent

A palavra inspirada: L. Alonso Schökel

A Bíblia como literatura: J. B. Gabel, Ch. B. Wheeler

Cântico dos Cânticos: L. I. Stadelmann

Metodologia do Novo Testamento: W. Egger

Edições Loyola — Cx. P. 42.355 - CEP 04299-970 São Paulo